

Transenergia São Paulo S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2021 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Transenergia São Paulo S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Transenergia São Paulo S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Transenergia São Paulo S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (“DVA”), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação da nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

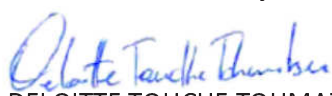
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

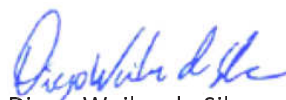
Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 2022



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ



Diego Wailer da Silva
Contador
CRC nº 1 RS 074562/O-3

Transenergia São Paulo S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	31.12.2021	31.12.2020	Passivo	Nota explicativa	31.12.2021	31.12.2020
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.109	7.126	Fornecedores		1.047	1.020
Concessionárias e permissionárias	6	3.140	2.726	Empréstimos e financiamentos	9,a	-	4.959
Contas a receber (Ativo de contrato)	7	17.709	15.656	Debêntures	10	9.631	-
Outros créditos		546	1.165	Impostos correntes a pagar		330	330
Total do ativo circulante		28.504	26.673	Obrigações estimadas		26	20
				Dividendos mínimos obrigatórios	13,c	5.491	2.876
				Outras contas a pagar	11	2.198	1.522
				Total do passivo circulante		18.723	10.727
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Aplicações financeiras	5	6.747	1.796	Empréstimos e financiamentos	9,a	-	26.741
Contas a receber (Ativo de contrato)	7	184.888	168.926	Debêntures	10	101.931	-
Outros créditos		2	2	Dividendos a pagar	13,c	-	27.246
Imobilizado		253	249	Tributos diferidos	18,a	13.635	12.422
Total do ativo não circulante		191.890	170.973	Total do passivo não circulante		115.566	66.409
				Patrimônio líquido			
				Capital social	13,a	33.800	73.800
				Reserva de lucros	13,b	52.305	46.710
				Total do patrimônio líquido		86.105	120.510
Total do ativo		220.394	197.646	Total do passivo e do patrimônio líquido		220.394	197.646

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Transenergia São Paulo S.A.

Demonstrações do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, excerto resultado por ação)

	Nota explicativa	31.12.2021	31.12.2020
Receita líquida	15	39.105	19.029
Custo de operação e manutenção	19	<u>(3.555)</u>	<u>(4.153)</u>
Lucro bruto		<u>35.550</u>	<u>14.876</u>
Despesas gerais e administrativas			
Remuneração dos administradores	8.b	(221)	(578)
Serviços de terceiros		(811)	(368)
Outras receitas e despesas operacionais		<u>(391)</u>	<u>1.042</u>
Total das despesas gerais e administrativas	16	<u>(1.423)</u>	<u>96</u>
Lucro antes do resultado financeiro e dos impostos		<u>34.127</u>	<u>14.972</u>
Receitas financeiras		821	197
Despesas financeiras		<u>(11.449)</u>	<u>(2.348)</u>
Resultado financeiro líquido	17	<u>(10.628)</u>	<u>(2.151)</u>
Lucro antes dos impostos		<u>23.499</u>	<u>12.821</u>
Imposto de renda e contribuição social	18.c	<u>(1.535)</u>	<u>(714)</u>
Lucro líquido do exercício		<u><u>21.964</u></u>	<u><u>12.107</u></u>
Resultado por ação - em reais	14	0,2976	0,1641

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Transenergia São Paulo S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais)

	31.12.2021	31.12.2020
Lucro líquido do exercício	<u>21.964</u>	<u>12.107</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>21.964</u>	<u>12.107</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Transenergia São Paulo S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais)

	Notas explicativas	Reservas		Lucros acumulados	Total	
		Capital social	Reserva legal			Retenção de lucros
Saldo em 31 de dezembro de 2019		73.800	8.627	28.852	-	111.279
Lucro líquido do exercício		-	-	-	12.107	12.107
Destinação do resultado do exercício						
Constituição da reserva legal		-	605	-	(605)	-
Dividendos mínimos obrigatórios por ação		-	-	-	(2.876)	(2.876)
Constituição da reserva de retenção de lucros		-	-	8.626	(8.626)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	13	73.800	9.232	37.478	-	120.510
Redução de capital	13.a	(40.000)	-	-	-	(40.000)
Distribuição de dividendos	13.c	-	-	(10.878)	-	(10.878)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	21.964	21.964
Destinação do resultado do exercício						
Dividendos mínimos obrigatórios por ação		-	-	-	(5.491)	(5.491)
Transferência para reserva de retenção de lucros		-	(2.472)	2.472	-	-
Constituição da reserva de retenção de lucros		-	-	16.473	(16.473)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	13	33.800	6.760	45.545	-	86.105

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Transenergia São Paulo S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31.12.2021	31.12.2020
Fluxo de caixa de atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		21.964	12.107
Ajustes ao lucro:			
PIS e COFINS diferidos	18.b	657	(32)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.c	555	(27)
Remuneração do ativo de contrato	7	(35.281)	(15.168)
Depreciação		20	18
Rendimentos de aplicações financeiras		(156)	(42)
Juros sobre empréstimos	9.a	1.409	2.225
Juros, variação monetária e custos de transação s/debêntures	10	9.867	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais			
Contas a receber (Ativo de contrato)	7	17.266	16.053
Concessionárias e permissionárias		(414)	(853)
Outros créditos		619	(976)
Aumento (Redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores		27	419
Impostos correntes a pagar		765	715
Obrigações estimadas		6	2
Outras contas a pagar		677	111
Pagamento de empréstimos e financiamentos (juros)	9.a	(4.513)	(1.128)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(765)	(623)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		12.703	12.801
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado		(24)	(22)
Aplicações financeiras		(4.795)	105
Caixa líquido aplicado/gerado pelas atividades de investimento		(4.819)	83
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de debêntures	10.a	108.483	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	9.a	(35.384)	(2.255)
Redução de capital	13.a	(40.000)	-
Dividendos pagos	13.c	(41.000)	(8.000)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(7.901)	(10.255)
(Redução)/Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		(17)	2.629
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	7.126	4.497
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	7.109	7.126
(Redução)/Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		(17)	2.629

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Transenergia São Paulo S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais)

	31.12.2021	31.12.2020
Receitas		
Receitas relativas à operação e manutenção	6.280	5.504
Receitas relativas à remuneração do ativo de contrato	35.281	15.168
Outras receitas	-	1.163
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, serviços de terceiros e outros	(4.375)	(4.343)
Valor adicionado bruto	37.186	17.492
Depreciação e amortização	(20)	(18)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	37.166	17.474
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	821	197
Valor adicionado total a distribuir	37.987	17.671
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	471	812
Remunerações	161	149
Férias e 13º Salário	37	28
Encargos sociais (Exceto INSS)	15	14
Benefícios	37	43
Administradores	221	578
Impostos, taxas e contribuições	4.103	2.405
INSS (Sobre folha de pagamento)	58	47
ICMS	54	1
PIS/COFINS s/faturamento	1.516	797
Tributos sobre o lucro	1.535	714
Obrigações intrassetoriais	940	846
Outros	-	-
Remuneração de capitais de terceiros	11.449	2.347
Encargos de dívida e variação monetária	11.145	2.238
Outras	304	109
Remuneração de capitais próprios	21.964	12.107
Lucro retido do exercício	16.473	9.231
Dividendos	5.491	2.876
Valor adicionado distribuído	37.987	17.671

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais - R\$)

1 Informações gerais

1.1 Contexto operacional

A Transenergia São Paulo S.A. (“TSP” ou “Companhia”), sediada na cidade do Rio de Janeiro, foi constituída em 8 de julho de 2009, sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, criada pelo Consórcio Transenergia, atualmente formado por Furnas Centrais Elétricas S.A (49%) e Gebbras Participações Ltda. (51%), vencedor do Lote G do Leilão da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) nº 001/2009, para executar o objeto do Contrato de Concessão nº 024/2009.

Atuando no setor de transmissão de energia elétrica, a Companhia é responsável pela construção, pela operação e pela manutenção das instalações de transmissão localizadas no Estado de São Paulo.

1.2 Da concessão

No dia 19 de novembro de 2009, a Companhia assinou o Contrato de Concessão nº 024/2009 - Instalação de Transmissão de rede básica pelo prazo de 30 (trinta) anos, para implantação, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão, no Estado de São Paulo:

- (i) Subestação (SE) Itatiba 500/138 kV: localizada no município de Itatiba - SP.
- (ii) Entradas de linhas nas Subestações de Campinas e Ibiúna 500 kV: aquisição de equipamentos necessários para as modificações nas entradas de linhas das subestações Campinas e Ibiúna.
- (iii) Linhas de Transmissão 500 kV: implementação de dois trechos de linhas de transmissão, em dois circuitos simples de 500 kV, com extensão aproximada de 0,5 km, cada trecho de linha, entre o ponto de seccionamento da Linha de Transmissão Campinas - Ibiúna e a SE Itatiba 500/138 kV.

As instalações descritas nos itens (ii) e (iii) foram transferidas, sem ônus, para Furnas, em cumprimento ao Contrato de Concessão nº 024/2009, sendo a referida concessionária responsável pela operação e pela manutenção das Linhas de Transmissão resultantes do seccionamento e dos respectivos módulos de Entrada de Linhas. O recebimento das instalações se deu por meio da celebração do Atestado de Recebimento de Instalações do CCI nº 40001352.

As instalações acima entraram em operação comercial em agosto de 2012. A prestação do serviço público de transmissão ocorrerá mediante pagamento à transmissora da Receita Anual Permitida (RAP), a ser auferida a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. Conforme a última Resolução Homologatória nº 2.895/2021, emitida pela ANEEL, o valor anual definido para a RAP, no ciclo 2021-2022 é de R\$25.501, incluindo os impostos reembolsáveis. Essa receita será corrigida anualmente no mês de julho pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), nos termos da cláusula sexta do Contrato de Concessão. Além disso, a ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos, contados do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do Contrato de Concessão. A Companhia adota como procedimento contábil o reconhecimento dos impactos de reajuste tarifário quando homologados pela Resolução emitida pelo poder concedente. O recebimento da RAP será linear durante a concessão e sem decréscimo, considerando que não há previsão de alteração do rol de prestação de serviços da transmissora, bem como de redução de instalações de transmissão sob a responsabilidade desta, que, porventura, possa justificar a diminuição da receita a ser percebida.

Os montantes faturados pela Companhia estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios:

- Reserva Geral de Reversão (RGR): Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu percentual anual equivale a 2,6% da receita operacional.
- Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE): Taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado pelos despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL e proporcionais ao porte do serviço concedido, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional.
- Pesquisa & Desenvolvimento do setor Elétrico (P&D): Investimento aplicado em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico equivalente ao percentual anual de 1% da receita operacional líquida.

A transmissora deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica, objeto desse contrato, nos termos da Resolução Normativa nº 443/2011, auferindo as correspondentes receitas, tendo em vista a adequada prestação do serviço público de transmissão de que é titular.

A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Em 31 de dezembro de 2021, a Administração estima que o valor de indenização é de R\$23.387, valor este correspondente a estimativa do valor residual contábil do ativo imobilizado conforme demonstrações contábeis regulatórias elaboradas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE).

Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a ANEEL poderá intervir na concessão, nos termos da Lei nº 8.987/1995, a qualquer tempo, para assegurar a prestação adequada do serviço público de transmissão ou o cumprimento, pela transmissora, das normas legais, regulamentares e contratuais, após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não depreciados, que tenham sido realizados pela transmissora.

A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e a qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com o que dispõem os arts. 6º e 11º da Lei nº 12.783/2012, mediante requerimento da Transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no Contrato de Concessão.

1.3 Coronavírus (“COVID-19”)

(a) Contexto geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou o surto de Coronavírus (COVID - 19) como uma pandemia. A imensa maioria dos governos, nos cinco continentes, passou a adotar medidas restritivas para conter a disseminação do vírus, que têm potencial para afetar significativamente a economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento significativo da incerteza econômica, considerando o aumento na volatilidade dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que estas medidas de mitigação da propagação do COVID-19 possam provocar.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

(b) Medidas de assistência governamental adotadas pela Companhia

Diante do cenário descrito anteriormente, diversas medidas de auxílio econômico e financeiro foram introduzidas pelos três níveis de administração da Federação Brasileira, com o objetivo de auxiliar as empresas na mitigação dos efeitos da pandemia, com destaque para as seguintes, que foram adotadas pelas companhias:

- (i) Postergação do recolhimento do PIS e da COFINS, relativos às competências março, abril e maio para os meses de agosto, outubro e novembro de 2020;
- (ii) Adesão à suspensão, por prazo de seis meses, do pagamento das parcelas vincendas de 15 de junho de 2020 até 15 de novembro de 2020 do empréstimo junto ao BNDES.

Nenhuma nova medida foi adotada em 2021, além das citadas acima.

O setor de energia entende que tais diretrizes deverão respeitar, em qualquer circunstância, o direito ao equilíbrio econômico-financeiro das Concessões, em conformidade com as cláusulas contidas nos respectivos Contratos firmados com o Poder Concedente e com as diretrizes divulgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica –ANEEL.

(c) Medidas adotadas pela Companhia para auxílio à sociedade

A Companhia decidiu adotar o teletrabalho para seus colaboradores, cujas atividades sejam compatíveis com essa modalidade de trabalho para evitar deslocamentos e potencial risco de contágio.

(d) Impactos nas demonstrações financeiras

Os possíveis impactos do COVID-19 divulgados no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram baseados nas melhores estimativas da Administração e estão limitados aos últimos dias de janeiro de 2022. Esses eventos poderão afetar temporariamente os resultados dos negócios em 2022, porém, caso isto ocorra, haverá gradualmente um retorno previsível à normalidade, de modo que não são esperados impactos significativos quanto à recuperabilidade dos investimentos nos negócios no longo prazo da Companhia. Com base nessas premissas, a Companhia revisitou suas bases orçamentárias e não observou impactos projetados relevantes para o exercício de 2022.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações e os pronunciamentos técnicos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes próprias destas demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 31 de dezembro de 2021, avaliamos a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e estamos certos de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade aos negócios no futuro. Não temos conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia em continuar operando.

2.2 Data de aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 26 de janeiro de 2022.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, dos passivos, das receitas e das despesas. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e as premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

A seguir, são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que mais afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

(i) *Contabilização de contratos de concessão*

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual.

(ii) *Reconhecimento do ativo de contrato*

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada, vide nota explicativa 1.2.

(iii) *Determinação da taxa efetiva de desconto do ativo de contrato*

A taxa aplicada ao ativo contratual é uma taxa de desconto que melhor representa a estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado. A taxa implícita utilizada pela Companhia é de 6,59% a.a.

3 Principais práticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras:

a. Receita operacional

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

- **Receita de infraestrutura**

Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado ao fim de cada obra.

Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

- **Receita de remuneração ativo de concessão**

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

- **Receita de operação e manutenção**

Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

b. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à sua emissão. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possui nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

A classificação depende da finalidade dos ativos e dos passivos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos e passivos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou instrumentos financeiros classificados como custo amortizado e valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Em 31 de dezembro de 2021, os ativos financeiros da Companhia, classificados nesta categoria, compreendiam as seguintes contas: “Caixa e bancos”, “Contas a receber (ativo de contrato)”, “Concessionárias e permissionárias” e “Outros créditos”.

Valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2021, os ativos financeiros da Companhia, classificados nesta categoria, compreendiam as seguintes contas: “Aplicações financeiras”.

(ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros, incluindo financiamentos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Em 31 de dezembro de 2021, os passivos financeiros da Companhia classificados como custo amortizado compreendiam “Outras contas a pagar”, “Fornecedores”, “Debêntures”, “Dividendos” e “Obrigações Estimadas”.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os valores mantidos em caixa, bancos e aplicações financeiras com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor.

d. Concessionárias e permissionárias

Correspondem aos recebíveis do contrato de concessão de serviços, compreendendo os valores decorrentes de Instalações de Transmissão de Rede básica (RBL).

e. Ativo de contrato

A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

f. Despesas antecipadas

Correspondem aos prêmios de seguros pagos antecipadamente que serão apropriados de acordo com a vigência das apólices.

g. Demais ativos circulante e não circulante

São apresentados pelo valor líquido de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias incorridas.

h. Passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas, previstas contratualmente.

i. Impostos e contribuições

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, adotando a sistemática de lucro presumido. As despesas do imposto de renda e da contribuição social corrente são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado a uma alíquota de 15% acrescentada do adicional de 10% sobre o lucro presumido a uma alíquota de 8%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda presumido a uma alíquota de 12%.

Quando aplicável, os impostos sobre a renda e a contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável.

j. Redução ao valor recuperável de ativos (“Impairment”)

A cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. A Companhia não identificou perdas por redução ao valor recuperável de ativos a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

k. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

l. Resultado por ação

O resultado por ação, é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia.

m. Demonstrações dos fluxos de caixa (“DFC”)

A Companhia classifica nas demonstrações de fluxos de caixa os juros pagos como atividade operacional, por entender que os juros pagos não representam custos para obtenção de recursos financeiros.

n. Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia, e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como informação suplementar às demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para perda de créditos), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros de coligadas, controladas e empreendimentos controlados em conjunto, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3.1 Normas e interpretações novas e revisadas

Novas normas aplicadas a partir de 01.01.2021

No exercício corrente, a Companhia adotou as alterações e novas interpretações às IFRS e aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standards Board - IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021.

<u>Norma ou interpretação</u>	<u>Descrição</u>	<u>Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após</u>
<u>Alterações ao CPC 48/ IFRS 9, CPC 38/ IAS 39, CPC 40 (R1)/ IFRS 7, CPC 11/ IFRS 4 e CPC 06 (R2)/ IFRS 16</u>	<u>Reforma da Taxa de Juros de Referência – Fase 2</u>	<u>01/01/2021</u>

A adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas não resultou em impactos relevantes sobre a posição patrimonial e financeira e os resultados da Companhia ou sobre as divulgações nestas demonstrações financeiras.

Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao CPC 15 (R1)/ IFRS 3	Referência à Estrutura Conceitual	01/01/2022
Alterações ao CPC 27/ IAS 16	Imobilizado - Recursos Antes do Uso Pretendido	01/01/2022
Alterações ao CPC 25/ IAS 37	Contratos Onerosos - Custo de Cumprimento do Contrato	01/01/2022
Alterações ao CPC 37 (R1)/ IFRS 1, CPC 48/ IFRS 9, CPC 06 (R2)/ IFRS 16 e CPC 29/ IAS 41	Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018–2020	01/01/2022
CPC 50/ IFRS 17	Contratos de Seguros	01/01/2023
Alterações ao CPC 26/ IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01/01/2023
Alterações ao CPC 26/ IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 – Making Material Judgments	Divulgação de Políticas Contábeis	01/01/2023
Alterações ao CPC 23/ IAS 8	Definição de estimativas contábeis	01/01/2023
Alterações ao CPC 36 (R3)/ IFRS 10 e CPC 18 (R2)/ IAS 28	Venda ou Constituição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	Postergada indefinitivamente

Atualmente, a Administração está conduzindo uma análise dos impactos que poderão advir com a adoção das normas e interpretações novas e revisadas supracitadas em suas demonstrações financeiras. Contudo, com base nas análises realizadas até o momento, a Administração não espera impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia em decorrência da adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Bancos	236	1.077
Aplicações financeiras	6.873	6.049
Total	7.109	7.126

Composição do saldo de aplicações financeiras:

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Remuneração	31/12/2021	31/12/2020
Banco Itaú	CDB Plus	97% CDI	6.873	5.930
Banco Itaú	Soberano DI	95% CDI	-	119
Total			6.873	6.049

Os equivalentes de caixa em moeda nacional possuem liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 20.

5 Aplicações financeiras vinculadas (Caixa restrito)

Refere-se à aplicação restrita para garantia do contrato de financiamento firmado com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) e corresponde a um multiplicador do valor da última prestação mensal paga do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida. Em relação às debêntures, o banco depositário fará mensalmente a transferência para a conta reserva do valor correspondente a 1/6 (um sexto) da próxima prestação do serviço da dívida, até que os montantes nela depositados correspondam ao valor do pagamento da próxima parcela de amortização do valor atualizado, acrescido da remuneração. As principais informações estão descritas a seguir:

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Remuneração	31/12/2021	31/12/2020
Banco Itaú	Fundo Soberano DI LP	95% DI	-	1.796
Banco Itaú	Fundo TOP REF DI	116,20% CDI (*)	6.747	-
			<u>6.747</u>	<u>1.796</u>

(*) Rentabilidade relativa ao benchmark dos últimos 12 meses.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 20.

6 Concessionárias e permissionárias

Refere-se à apuração do valor a receber dos usuários do sistema de transmissão informado mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), os quais possuem seguro garantia.

	31/12/2021	31/12/2020
Concessionárias e permissionárias	3.140	2.726
Total	<u>3.140</u>	<u>2.726</u>

7 Contas a receber (Ativo de contrato)

O ativo de contrato refere-se à prestação de serviços de construção, operação e manutenção das instalações das linhas de transmissão e estão classificadas como custo amortizado.

	Saldo ativo de contrato em 31/12/2019	Atualização/remuneração do ativo contrato	Realização do ativo de contrato	Saldo ativo de contrato em 31/12/2020
		(+)	(-)	
Ativo de contrato	<u>185.467</u>	<u>15.168</u>	<u>(16.053)</u>	<u>184.582</u>
Circulante	15.367			15.656
Não circulante	170.100			168.926
		(+)	(-)	
Ativo de contrato	<u>184.582</u>	<u>35.281</u>	<u>(17.266)</u>	<u>202.597</u>
Circulante	15.656			17.709
Não circulante	168.926			184.888

8 Transações com partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas as suas acionistas, outras companhias ligadas aos mesmos acionistas, seus administradores, seus conselheiros e os demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 05 (R1) - Divulgações sobre partes relacionadas. As transações com partes relacionadas e seus efeitos estão descritos a seguir:

a. Prestação de serviços com Furnas Centrais Elétricas S.A.

A Companhia possui os seguintes contratos:

a.1 Contrato de serviço de operação e manutenção

A Companhia possuía contrato de O&M com Furnas até dezembro de 2016, porém o serviço foi prestado até 05 de janeiro de 2017 e o saldo em aberto, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (R\$113), refere-se à provisão do valor após o encerramento do contrato.

a.2 Contrato de Compartilhamento de Instalações (CCI)

A Companhia possui contrato de compartilhamento de instalações (CCI), no valor mensal de R\$14, a título de taxa de conservação das instalações. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia recebeu R\$168 do referido contrato, que foi registrado no resultado como recuperação de despesas.

b. Remuneração dos Administradores

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a remuneração dos administradores, totalizou R\$221 (R\$578 em 2020) e foi registrada como despesas gerais e administrativas no resultado.

	31/12/2021	31/12/2020
Remuneração	(166)	(482)
Encargos	(55)	(96)
Total	(221)	(578)

c. Dividendos a pagar

	31/12/2021	31/12/2020
Furnas Centrais Elétricas	2.691	14.760
Gebbras Participações	2.800	15.362
Total	5.491	30.122

9 Empréstimos e financiamentos

a. Composição

	Taxa anual de juros	31/12/2021	31/12/2020
BNDES - Subcrédito A	TJLP + 2,47% a.a.	-	12.180
BNDES - Subcrédito B	TJLP + 2,07% a.a.	-	7.172
BNDES - Subcrédito C	TJLP + 2,17% a.a.	-	4.671
BNDES - Subcrédito D	TJLP + 2,17% a.a.	-	7.677
Total		-	31.700
Circulante		-	4.959
Não circulante		-	26.741

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	32.858
Provisões de juros	2.225
Juros pagos	(1.128)
Amortização de principal	(2.255)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	31.700
Provisões de juros	1.409
Juros pagos	(1.502)
Amortização de principal	(31.607)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-

A Companhia efetuou a liquidação antecipada dos empréstimos junto ao BNDES em julho de 2021.

10 Debêntures

A Companhia realizou a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real, atualizadas monetariamente pelo IPCA, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da instrução CVM 476, no montante de R\$112.000. Com amortização e pagamento de juros semestrais, sendo o primeiro vencimento em 15 de dezembro de 2021 e o último pagamento em 15 de junho de 2033.

Os recursos obtidos pela Companhia com a oferta restrita serão destinados (i) ao pré-pagamento do Contrato de Financiamento junto ao BNDES, (ii) à redução do capital social da Companhia, nos termos aprovados pela ANEEL por meio do Despacho ANEEL nº 3.522 de 14 de dezembro de 2020, e da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 8 de março de 2021; e (iii) distribuição de dividendos aos Acionistas.

a. Composição

	Taxa anual de juros	31/12/2021	31/12/2020
Itaú BBA	IPCA + 6,0548% a.a.	55.781	-
BTG Pactual	IPCA + 6,0548% a.a.	55.781	-
Total		111.562	-
Circulante		9.631	-
Não circulante		101.931	-

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	-
Captação de debêntures	108.483
Provisão de juros	3.844
Variação monetária	5.877
Juros pagos	(3.011)
Amortização de principal	(3.777)
Amortização custos de transação	146
Saldo em 31 de dezembro de 2021	111.562

b. Garantias

A Companhia, através do “Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e Outras Avenças”, cedeu e transferiu fiduciariamente, em garantia aos Debenturistas, a totalidade dos direitos creditórios de que é titular, emergentes do Contrato de Concessão nº 024/2009 - ANEEL, firmado com a União, representada pela ANEEL, e do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão CPST nº 006/2010 firmado com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). As intervenientes Furnas e Gebbras alienaram e transferiram fiduciariamente em garantia aos Debenturistas, representados pelo agente fiduciário, em caráter irrevogável e irretroatável, a partir da assinatura do referido instrumento e até a liquidação de todas as obrigações assumidas, a totalidade das ações de emissão da Companhia de sua titularidade.

c. Covenants

O contrato contém cláusulas restritivas sobre o nível de endividamento em relação a determinadas informações financeiras, manutenção de conta reserva de repasse em conformidade com o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) apurado, distribuição de dividendos, cessão de créditos, fusão, incorporação ou qualquer reestruturação societária, as quais, se ocorrerem, devem ser previamente autorizadas pelos debenturistas. Caso ocorra algum desses eventos sem anuência dos debenturistas, os saldos em aberto terão vencimento antecipado. O contrato ainda prevê o cumprimento de obrigações (*covenants*) não financeiros que se relacionam principalmente a questões sociais e ambientais.

De acordo com as cláusulas contratuais, o ICSD é de, no mínimo, 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), cuja medição é realizada anualmente com base nas demonstrações financeiras regulatórias, sendo a primeira verificação realizada com base no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Caso o ICSD mínimo fique no intervalo de 1,10 (um inteiro e dez centésimos), inclusive, e 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), exclusive, a Companhia poderá curar o inadimplemento mediante depósito em conta vinculada, do valor necessário ao atingimento do ICSD mínimo, o qual deverá ser efetuado anteriormente à apresentação do cálculo anual do ICSD mínimo, de forma que sejam considerados em seu cálculo os valores depositados na conta de complementação do ICSD.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia está em conformidade com a referida cláusula de *covenants*.

11 Outras contas a pagar

	31/12/2021	31/12/2020
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	136	576
RGR	117	139
Taxa de fiscalização	319	285
Antecipação Aviso de Crédito	1.574	487
Outros	52	35
Total	2.198	1.522

12 Provisões para riscos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não possui demandas judiciais com probabilidade de perda provável ou possível, que deveriam ser registradas e/ou divulgadas.

13 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$33.800, representado por 73.800.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

	31/12/2021			31/12/2020		
	Quantidade de ações ordinárias	% do capital	Valor	Quantidade de ações ordinárias	% do capital	Valor
Acionistas						
Furnas Centrais Elétricas S.A.	36.162.000	49	16.562	36.162.000	49	36.162
Gebbras Participações Ltda.	37.638.000	51	17.238	37.638.000	51	37.638
Total	73.800.000	100	33.800	73.800.000	100	73.800

No dia 20/08/2021 a Companhia efetuou a redução do capital e a devolução para os Acionistas no montante de R\$40.000 de acordo com a ata da 24ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 08 de março de 2021.

b. Reservas de lucros

A reserva de lucros está composta por reserva legal e reserva de retenção de lucros. A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro do exercício e limitada a 20% do capital social, conforme legislação societária e definido no estatuto social da Companhia. A reserva de retenção de lucros é deliberada anualmente em Assembleia Geral Ordinária (AGO).

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	21.964	12.107
Reserva legal (5%)	-	(605)
Lucro líquido do exercício ajustado	21.964	11.502
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	5.491	2.876
Reserva de retenção de lucros	16.473	8.626

A movimentação das reservas de lucros está demonstrada a seguir:

Saldo das reservas de lucro em 31 de dezembro de 2020	46.710
Constituição reserva de lucros	16.473
Reversão para dividendos a pagar	(10.878)
Saldo das reservas de lucro em 31 de dezembro de 2021	52.305

c. Dividendos

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral e fará jus a um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia pagou o valor de R\$30.122, referente a dividendos declarados em exercícios anteriores.

A movimentação dos dividendos está demonstrada a seguir:

Saldo de dividendos em 31 de dezembro de 2020	30.122
Pagamento de dividendos	(30.122)
Dividendos adicionais propostos	10.878
Dividendos adicionais pagos	(10.878)
Dividendos mínimos obrigatórios	5.491
Saldo de dividendos em 31 de dezembro de 2021	5.491

14 Resultado por ação

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	21.964	12.107
Quantidade de ações ordinárias ponderadas (em milhares)	73.800	73.800
Resultado por ação ordinária ponderada (em reais)	0,2976	0,1641

Não há efeitos de diluição no cálculo do resultado por ação.

15 Receita líquida

	31/12/2021	31/12/2020
Receita de remuneração do ativo de contrato	35.281	15.168
Receita de operação	6.280	5.504
Receita bruta	41.561	20.672
(-) PIS e COFINS	(1.516)	(797)
(-) Encargos regulatórios	(940)	(846)
Receita líquida	39.105	19.029

16 Despesas gerais e administrativas

	31/12/2021	31/12/2020
Administradores	(221)	(578)
Material	(2)	(6)
Serviços de terceiros	(811)	(368)
Arrendamentos e aluguéis	(12)	(16)
Seguros	(20)	(21)
Tributos	(55)	(1)
Depreciação	(20)	(18)
Outras despesas e receitas operacionais	(282)	1.104
Total do custo de operação e manutenção	(1.423)	96

17 Resultado financeiro

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	817	192
Outras receitas financeiras	4	5
	821	197
Despesas financeiras		
Juros s/empréstimos e financiamentos	(5.253)	(2.225)
Atualizações monetárias	(5.892)	(13)
Outras despesas financeiras	(304)	(110)
	(11.449)	(2.348)
Total do resultado financeiro	(10.628)	(2.151)

18 Impostos e contribuições

a. Tributos diferidos

Natureza dos créditos	31/12/2021	31/12/2020
PIS diferido	1.317	1.200
COFINS diferido	6.078	5.537
IRPJ diferido	4.052	3.692
CSLL diferido	2.188	1.993
	13.635	12.422

b. PIS e COFINS - Dedução da receita

	31/12/2021	31/12/2020
Receita anual permitida (RAP)	23.546	21.558
Outras receitas	-	1.163
Base de cálculo	23.546	22.721
Alíquota de PIS e COFINS	3,65%	3,65%
Imposto corrente no resultado	(859)	(829)

Receita de remuneração do ativo de contrato	35.281	15.168
Base de cálculo do imposto diferido	35.281	15.168
Alíquota de PIS e COFINS	3,65%	3,65%
Valores de PIS e COFINS	(1.287)	(554)
Baixa de PIS/COFINS diferidos	630	586
Imposto diferido no resultado	(657)	32
PIS e COFINS dedução da receita	(1.516)	(797)

c. Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2021		31/12/2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita Anual Permitida (RAP)	23.546	23.546	21.558	21.558
Outras receitas	-	-	1.163	1.163
Total das receitas	23.546	23.546	22.721	22.721
Percentual de presunção	8%	12%	8%	12%
(=) Lucro presumido	1.884	2.826	1.818	2.727
Receitas financeiras	820	820	192	192
Base de cálculo	2.704	3.646	2.010	2.919
Alíquota do imposto de renda e da contribuição social	15%	9%	15%	9%
Valores do IRPJ e da CSLL	(406)	(328)	(301)	(263)
Adicional de 10% - IRPJ	(246)	-	(177)	-
Imposto corrente no resultado	(652)	(328)	(478)	(263)
Receita de remuneração do ativo de contrato	35.281	35.281	15.168	15.168
Base de cálculo do imposto diferido	35.281	35.281	15.168	15.168
Percentual de presunção	8%	12%	8%	12%
Base presumida	2.822	4.234	1.213	1.820
Alíquota do imposto de renda e da contribuição social	25%	9%	25%	9%
Valores do IRPJ e da CSLL	(705)	(381)	(303)	(164)
Baixa de IRPJ/CSLL diferidos	345	186	321	173
Imposto diferido no resultado	(360)	(195)	18	9
Total do imposto de renda e contribuição social no resultado	(1.012)	(523)	(460)	(254)

19 Custo de operação e manutenção

	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal	(307)	(280)
Material	(2.002)	(1.118)
Serviços de terceiros	(2.347)	(2.593)
Arrendamentos e aluguéis	(38)	(30)
Seguros	(93)	(65)
Recuperação de custos	1.266	762
Outros custos de operação e manutenção	(34)	(829)
Total do custo de operação e manutenção	(3.555)	(4.153)

20 Instrumentos financeiros

a. Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2021	Classificação de acordo com o CPC 48 / IFRS 09	Valor contábil de acordo com o CPC 48 / IFRS 09	Nível valor justo
Caixa e Equivalente de caixa	Custo amortizado/Valor justo por meio do resultado	7.109	2
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	6.747	2
Concessionárias e permissionárias	Custo amortizado	3.140	
Contas a receber (Ativo de contrato)	Custo amortizado	202.597	
Outros créditos	Custo amortizado	546	
		220.139	
Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2021	Classificação de acordo com o CPC 48 / IFRS 09	Valor contábil de acordo com o CPC 48 / IFRS 09	
Debêntures	Custo amortizado	111.562	
Fornecedores	Custo amortizado	1.047	
Outras contas a pagar	Custo amortizado	2.198	
		114.807	
Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2020	Classificação de acordo com o CPC 48 / IFRS 09	Valor contábil de acordo com o CPC 48 / IFRS 09 (Reapresentado)	
Caixa e Equivalente de caixa	Custo amortizado/Valor justo por meio do resultado	7.126	2
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	1.796	2
Concessionárias e permissionárias	Custo amortizado	2.726	
Contas a receber (Ativo de contrato)	Custo amortizado	184.582	
Outros créditos	Custo amortizado	1165	
		197.395	
Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2020	Classificação de acordo com o CPC 48 / IFRS 09	Valor contábil de acordo com o CPC 48 / IFRS 09 (Reapresentado)	
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	31.700	
Fornecedores	Custo amortizado	1.020	
Dividendos a pagar	Custo amortizado	30.122	
Outras contas a pagar	Custo amortizado	1.522	
		64.364	

b. Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - “inputs”, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (“inputs” não observáveis).

A Administração considera que os valores contábeis dos demais ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, reconhecidos nessas informações financeiras, se aproximam dos seus valores justos.

c. Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Em relação ao contas a receber, a Companhia possui o direito contratual de receber um ativo financeiro e, historicamente, a Companhia não possui títulos vencidos relevantes. Além disso, os usuários do sistema de transmissão são obrigados a fornecer garantias financeiras administradas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração do risco de liquidez é o acompanhamento do fluxo de caixa e a requisição de aportes dos acionistas, quando identificada a necessidade.

(iii) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado — tais como as taxas de câmbio, as taxas de juros e os preços de ações — irão afetar os ganhos da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

✓ **Riscos relacionados às aplicações financeiras**

A Companhia adota política conservadora de aplicação dos recursos e a maior parte destes é alocada em Certificados de Depósitos Bancários. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possui aplicações de caráter especulativo tampouco outros ativos de risco.

✓ **Riscos relacionados à taxa de juros**

Na Companhia, o principal fator de risco é a possibilidade de ocorrerem perdas por conta de flutuações nas taxas de juros (IPCA).

d. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

As operações da Companhia são indexadas preponderantemente com taxas prefixadas e atreladas à variação do CDI e da IPCA.

Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros (debêntures e aplicações financeiras) indexados à taxa de juros foram montados com base nas curvas apuradas em 31 de dezembro de 2021, averiguando-se o impacto nas despesas e nas receitas financeiras, para o caso da variável de risco CDI e IPCA, no período de um ano. O Cenário I corresponde às taxas de juros informadas no *site* do Banco Central, e, na avaliação da Administração, é o cenário mais provável de se realizar nas datas de vencimento de cada uma das operações. Para os Cenários II e III, considerou-se uma elevação e uma redução de 25% e 50% nas variáveis de risco.

Premissas para a análise de sensibilidade:

Variável de risco	Risco	Exposição	Cenário provável (*)	Queda de 25%	Queda de 50%
CDI (%)	Redução do CDI		4,42	3,32	2,21
Aplicações financeiras		6.747	298	224	149

(*) Conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil - BACEN

Premissas para a análise de sensibilidade:

Variável de risco	Risco	Exposição	Cenário provável (*)	Aumento de 25%	Aumento de 50%
IPCA (%)	Aumento do IPCA		10,03	12,54	15,05
Debêntures		111.562	11.190	13.990	16.790

(*) Conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil – BACEN

21 Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O resumo das apólices vigentes em 31 de dezembro de 2021 é como segue:

	Valor Segurado	Vigência
Administradores	30.000	30/04/2021 a 30/04/2022
Risco operacional	64.553	30/04/2021 a 30/04/2022
Responsabilidade civil geral	6.000	30/04/2021 a 30/04/2022

22 Meio ambiente

As condicionantes definidas no licenciamento ambiental expedido pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB, estão sendo regularmente cumpridas pela Companhia.

* * *

José Mauro Martins Leone
Diretor-administrativo-financeiro

Credibile Soluções Contábeis e Emp. S/S
Leandro Borges Jordão
Contador
CRC GO-001605/O